

Resistências e mobilizações ocultas: enfrentando as barreiras no processo de “negociação” das terras inundadas pela UHE de Jaguará¹

Jéssica Pires Cardoso²

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em problematizar o processo de “negociação” e deslocamento compulsório das famílias atingidas pela construção da UHE de Jaguará, construída em Rifaina/SP, no Médio Rio Grande, na década de 1970. Esse processo é analisado a partir das estratégias de resistências cotidianas empreendidas pelas famílias *atingidas* na ausência de movimentos sociais organizados, como o movimento dos atingidos por barragens (MAB). Para tanto, toma-se como referência a importância da terra para as famílias como espaço de produção, espaço de moradia e de referenciais identitários. O texto conclui analisando as transformações identitárias e a gradual mudança na sociabilidade *caipira* das famílias quando expostas ao deslocamento compulsório e a inserção abrupta da racionalidade produtivista do modo capitalista de produção.

1. Introdução

O contexto analisado nessa investigação é de um episódio que data do final da década de 1960 e início da década de 1970 mas que os resultados são observáveis ainda hoje nas falas daqueles que vivenciaram o evento, falas carregadas de lamentos e dores. Ao optar por revivificar as memórias e as lembranças, e analisar a trajetória familiar daqueles que experienciaram a construção de um grande empreendimento hídrico em um contexto histórico-social peculiar, qual seja, auge da ditadura militar, este texto terá a possibilidade de apresentar histórias de lutas, resistências, estratégias e conflitos das famílias *atingidas* pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Jaguará.

Construída e implantada em um pequeno município a nordeste do estado de São Paulo pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e executada por sua subsidiária regional Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sob a responsabilidade da Construtora

¹ O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior, intitulada: “Trajetórias de vida e de classe: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da Usina Hidrelétrica de Jaguará”.

² Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. jessicapires.cardoso@gmail.com.

Mendes Júnior, a UHE de Jaguara foi inaugurada no início da década de 1970, e está localizada no Médio Rio Grande entre os municípios de Rifaina/SP e Sacramento/MG. A cidade de Rifaina/SP foi diretamente atingida pela construção desse grande empreendimento, tendo uma parte relevante de seu território submersa quando da formação do lago artificial. Então, “as águas da CEMIG”, como ficaram conhecidas pelos cidadãos após a formação do lago artificial, encobriram parte da zona urbana e, principalmente, grande área da zona rural, espaço importante para os moradores pois suas necessidades vitais estavam interligadas diretamente com a *terra*, tanto pela escolha majoritária da população pela organização de trabalho, modo de produção e geração de renda fundamentados na produção agrícola que era conduzida pelos ritmos “das águas” e das estações – época das águas e da seca –, quanto pelos momentos de lazer a partir da caça e da pesca, atividades *caipiras* por excelência (CANDIDO, 1987).

Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo com divisões municipais (Destaque para o município de Rifaina)



Fonte: wikimedia.org/

O deslocamento compulsório das famílias *atingidas* pela barragem e o desmantelamento das bases produtivas pela entrada abrupta do cálculo capitalista no “mundo rural” que transmuta o trabalhador camponês em trabalhador “livre”, livre para vender a única mercadoria que ainda lhe resta, a força de trabalho, para que consiga recursos necessários para a subsistência (MARTINS, 2000; MARX, 1996), não são suficientes para deslegitimar e

amenizar a força dos argumentos que estão postos na instalação dos grandes projetos. Isso quer dizer que apesar das transformações de diversas ordens, tanto sobre o território quanto sobre as relações sociais ali existentes, a construção de um grande empreendimento hídrico é previamente legitimada pelas noções de desenvolvimento, progresso, benefícios socioeconômicos e “utilidade pública” que a UHE *per si* representa.

À vista disso, as décadas de 1950 a 1970 foram marcadas pela intensa formação de lagos artificiais em razão da construção de UHEs, legitimada por uma política autoritária que ansiava novos patamares financeiros, progresso e modernização da sociedade pela inserção do cálculo capitalista no mundo rural. Acrescenta-se a esse período autoritário a instauração do Estatuto da Terra, que tornou legítima a retirada da terra daqueles que não tinham a propriedade legal e não se enquadravam nas expectativas nacionais de produção, e ainda, a constituição de decretos nacionais que autorizavam a construção das UHEs qualificando-as como de “utilidade pública e benefícios nacionais”.

A escolha do município de Rifaina justifica-se por ter em sua proximidade uma UHE construída no íterim da ditadura militar, Estatuto da Terra e compor o plano nacional desenvolvimentista, privilegiando as dimensões econômicas em detrimento das dimensões sociais. Além disso, a atuação da concessionária responsável pela construção da barragem – CEMIG – foi estruturada sob a mesma lógica que outros segmentos maiores, como a ELETROBRÁS, assentada em três estratégias básicas: desinformação, estratégia territorial-patrimonialista e negociação individual (VAINER; ARAÚJO, 1990). Por fim, deve-se ressaltar as transformações no uso do território pelas famílias citadinas. Se antes as famílias utilizavam a terra como espaço de produção, hoje o território é compreendido como espaço de lazer, ou seja, houve novas intervenções no uso do solo em toda área de influência da UHE (CARDOSO, 2016; CARNEIRO, 2012; MARTINS, 2010).

Dito isso, o objetivo deste artigo é problematizar o processo de “negociação”³ das famílias *atingidas* pela construção da UHE de Jaguará à luz das estratégias e resistências cotidianas mobilizadas por elas na ausência de movimentos sociais, especificamente, o MAB, e presença de um governo autoritário. Por isso, o termo “resistência cotidiana”, cunhado por James Scott (1976; 2002), é essencial para a construção deste trabalho. Como pano de fundo das resistências cotidianas, há o relevante papel da *terra* para a vida das atingidas e atingidos,

³ Ao longo do texto, o termo “negociação” será relativizado e problematizado. Entendemos que, além das relações de poder e conflito existente em um território, a UHE de Jaguará teve o agravante de ser construída no auge da ditadura militar, o qual suprimiu qualquer chance de negociação efetiva e mobilização direta.

espaço de produção, espaço de moradia e de referenciais identitários. Os fenômenos e relações observáveis em campo sugeriram, desse modo, uma aproximação as noções de território (CARNEIRO, 2012), de economia moral (THOMPSON, 1998) e, mais precisamente, de economia moral camponesa (SCOTT, 1976).

Para tratar desses temas, este trabalho está dividido em quatro partes: “contexto, os sujeitos e as múltiplas funções da terra”, no qual se apresenta a organização de trabalho, modo de produção e geração das famílias antes da construção da barragem e o contexto histórico em que a UHE de Jaguará foi projetada; “os atingidos da UHE de Jaguará”, que aponta rapidamente o que se entende por *atingidos* e apresenta as estratégias mobilizadas pela CEMIG; “resistência e mobilizações ocultas” em que se aprofunda no conceito de *resistência cotidiana* de James Scott e analisa as estratégias mobilizadas pelas famílias atingidas; e, “a construção da UHE e as transformações identitárias” onde são apresentadas as mudanças na sociabilidade *caipira* das famílias *atingidas*. Por fim, as considerações finais.

2. Contexto, sujeitos e as múltiplas funções da terra

É notório o uso de água doce que percorre o curso dos rios brasileiros como opção energética nacional. Dentre as variadas facetas e frentes possíveis para a política energética brasileira, o país favoreceu a construção de grandes projetos hidrelétricos e parece ter encontrado nos termos de “progresso” e “desenvolvimento econômico” a legitimidade e autoridade social para se inscrever como política nacional.

A concretização de uma política nacional energética e a adoção de um padrão de desenvolvimento mais intensivo em capital, a partir da década de 1960, esteve em conformidade com o sentido do progresso modernizador da agricultura nacional, qual seja, o da articulação, aproximação e integração da produção agrícola com setores capitalisticamente mais dinâmicos. Em suma, a base dessa etapa modernizadora é qualitativa e quantitativamente diferente das formas anteriores do modo de produção, cedendo espaço para que o capital estreite o espaço e a relação entre a atividade produtiva nacional e consiga o aumento do rendimento e acumulação do capital (MARTINS, 2000). Assim, o capital subordina antigas relações sociais de produção em sincronia com o desenvolvimento almejado, fazendo com que realidades sociais aparentemente divergentes permaneçam no mesmo espaço (SILVA; BUENO; MELO, 2014). Essas mudanças operadas no meio rural, decorrentes da modernização da produção agrícola vinculada à industrialização, podem ser observadas no Brasil no que se convencionou chamar de *modernização conservadora* (WANDERLEY, 2011).

Iniciada na década de 1960, em tempos de ditadura militar, e com o auge na década de 1970, foi uma política de incentivo à industrialização e à mudança do modelo produtivo agrícola com o objetivo central do desenvolvimento no campo sem mudança na estrutura da propriedade rural. O projeto de modernização do sistema político e econômico brasileiro contou com o extensivo subsídio estatal, que disponibilizou créditos rurais, incentivos fiscais, financiamento e privilégios para as médias e grandes propriedades agrícolas, e subsídios do capital industrial nacional e internacional que dirigiu suas ações para superar as particularidades da agricultura e libertar a produção agrícola do ciclo da natureza com base na intensa transformação do meio ambiente e alteração da base técnica. Logo, a modernização ascendeu com base na importação de maquinários, uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, sementes melhoradas, perda da biodiversidade e sujeição da natureza aos interesses do Estado consolidados pela monocultura e pela aproximação da agricultura à indústria para obter maiores rentabilidades, no bojo da chamada Revolução Verde no Brasil (SILVA; MARTINS, 2010).

As Usinas Hidrelétricas, bem como a UHE de Jaguara, estão inseridas nesse contexto de modernização conservadora e projeto nacional de desenvolvimento, adotado pelo governo ditatorial brasileiro. Logo, entre as décadas de 1950 e 1970 houve um intenso processo de reordenamento espacial decorrente do acentuado processo de construção de usinas hidrelétricas no Brasil e formação de lagos artificiais legitimada pelo discurso de “utilidade pública” e “benefícios nacionais e regionais” que as UHEs representam, apesar de configurar, na verdade, em empreendimentos de grandes consequências para a sociedade. Seja por causar transformações sociais e ambientais ao alagar grandes áreas, seja por caracterizar-se um projeto excludente ao segregar os beneficiários do desenvolvimento econômico que a UHE mobiliza. Quer dizer, os órgãos financiadores são os maiores beneficiados, aumentando os lucros investidos, enquanto que ribeirinhos, posseiros, meeiros, trabalhadores rurais e camponeses perdem as bases de produção, os mecanismos de trabalho e são deslocados do território.

De maneira geral, Vainer e Araújo (1992, p. 34) compreendem esses Grandes Projetos como

Empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Assim, para a construção de UHE parte-se do princípio de um território e de recursos territorializados à disposição do capital e da geração de energia elétrica. A apropriação dos

recursos naturais, a expropriação dos instrumentos de trabalho e a expulsão dos habitantes, vistos como obstáculos para o desenvolvimento, são elementos significativos que geram as desigualdades regionais e a concentração espacial da riqueza. A formação de lagos artificiais deixa submersas terras férteis e áreas de grande produção agrícola, recursos disponíveis e essenciais para os produtores e trabalhadores que delas dependiam. Colocados diante da expropriação dos instrumentos de trabalho, os trabalhadores são obrigados a migrar à procura de um novo território para reconstruir os laços sociais rompidos e estabelecer novas relações de trabalho, impondo para si mesmos novas práticas de vida e novas maneiras de uso e ocupação do solo (MARTINS, 2000). Essas são algumas das consequências observadas e relatadas pelos moradores da cidade de Rifaina, atingidos pela construção da UHE de Jaguara.

Apesar de ser intitulada por especialistas como uma barragem de poucos impactos socioambientais, já que alagou uma área relativamente pequena, os relatos orais dos atingidos rebatem os argumentos da própria CEMIG de que a UHE de Jaguara praticamente não impactou negativamente a região. A experiência empírica do trabalho de campo aponta que a construção da referida UHE seguiu padrões de grandes empreendimentos caracterizados pelo uso intensivo de capital estatal e privado, exploração de determinado espaço social, apropriação dos recursos naturais, supervalorização dos interesses nacionais e silenciamento dos discursos e interesses locais, e retirada dos meios de produção dos moradores que se baseavam estritamente pela terra e o ritmo das águas.

A opção da população em estruturar as necessidades vitais diretamente interligadas com a natureza, a partir da coleta, da caça e da pesca, é uma peculiaridade importante para que se compreenda a percepção de impacto negativo sobre a construção da UHE. Tais atividades concatenam sabedorias e múltiplas racionalidades ligadas ao projeto de vida de equilíbrio vital entre o agente e a natureza. Desse modo, as famílias utilizavam o meio natural para exercer e desenvolver diversas atividades “segundo um ritmo que acompanha os movimentos da natureza. Não é possível sem considerá-la e sem esperar que os ciclos da natureza se completem” (BRANDENBURG, 2010, p. 173).

A ação laboral familiar nega os ideais do cálculo como garantia da equidade da troca, ou seja, nega a ação orientada pelo “cálculo interessado, as da concorrência, as da competição ou as da exploração” (BOURDIEU, 1979, p. 41). Ao contrário, o respeito aos ritmos e mistérios da sucessão temporal da produção agrícola determina uma relação de “reciprocidade de troca de dádivas”. Nesse sentido, segundo os testemunhos, durante o ano, a variação regida pelos períodos opostos de tempos das “secas” e tempos das “águas” guiava a alternância do trabalho e da produção rural. O camponês, então, realizava o trabalho cíclico que revezava entre a

plantação da roça nos tempos das “águas”, com o início do plantio no mês de novembro, e colheita em janeiro/fevereiro, e as *olarias e cerâmicas* nos tempos das “secas”, de março a outubro. Seis meses bem demarcados que orientavam a vida e a economia das famílias da região. Atividades que não aconteciam de modo isolado e solitário mas se construíram, gradativamente, com base na solidariedade, cooperação vicinal, auxílio mútuo e *mutirão* (CANDIDO, 1987).

A propriedade rural e a natureza foram aliadas da vida dessas famílias na medida em que proporcionaram os recursos para a sobrevivência e subsistência de todos. Além disso, a forte ligação com os familiares e com a vizinhança criou nos atingidos um sentimento de pertencimento e apego à terra que combina a subjetividade e a racionalidade camponesa a partir da ligação com o local. Sendo assim, a terra “não é apenas instrumento “útil” de trabalho, ou um recurso produtivo; é antes de mais nada um patrimônio, muitas vezes sacralizado, que deve ser preservado” (BRANDENBURG, 2010, p. 173).

Dito isso, a abordagem da questão territorial não deve ser reduzida às iniciativas de espacialização dos processos sociais, ou seja, não deve ser reduzida a um território que denota um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ao contrário, supõe um espaço com múltiplas interações, sociabilidades, estratégias e relações diversificadas que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, dão-lhes uma referência identitária e inscrevem espacialmente a memória coletiva. Nesse caso, há um processo de múltiplas identidades que conforma o indivíduo na sociedade contemporânea ancorado por um sentimento de pertencimento a uma localidade dada a depender das experiências e expectativas de cada agente, e uma heterogeneidade de sentidos que cada grupo social atribui ao território ocupado ou à vida no campo (CARNEIRO, 2012; MARTINS, 2014; THOMPSON, 1981). A noção de território

Seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido por aqueles que o ocupam como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária (CARNEIRO, 2012, p. 49).

Assim, o território atingido pela construção da barragem, longe de ser compreendido como um espaço unicamente de produção agrícola, é também espaço de disputa, conflitos, moradia e, principalmente, espaço de referenciais identitários, isto é, espaço que se liga a uma lembrança individual e coletiva guardada e solidificada na memória (POLLAK, 1992), onde os quadros sociais da memória (HALBWACHS, 2006) estão enraizados.

A UHE de Jaguará inundou um “mundo rural” que carregava elementos concretos de necessidade, representado pela fertilidade da terra, que auxiliava mulheres e homens na lida da lavoura, e das águas, que alimentava famílias de pescadores; elementos subjetivos construídos pela proximidade entre o agente e a natureza em uma relação de reciprocidade e respeito, além de um lugar carregado de significados que dizia respeito ao passado, presente e futuro traduzidos nos aspectos identitários dos indivíduos (SILVA, 2006). Isso explica, em grande medida, o sentimento de saudade, lamento, revolta e dor que foram expressados nos relatos orais dos *atingidos e atingidas*, como expostos a seguir:

Tenho *saudades* da terra antiga! Lá era tão diferente! Tão bom! (Veridiana Andrade⁴, 67 anos. Entrevista realizada 24 de Setembro de 2015)

Ah, se fosse hoje, eu não dava [as terras] por dinheiro nenhum. Eu não dava por dinheiro nenhum! Aquilo era coisa *sagrada*! Não dava por dinheiro nenhum! Só a paisagem que tinha, chegava. Não sei se é porque eu gosto de coisas naturais, paisagens [...] A ponte, a represa, depois de feita, ficou bonita também né? Não ficou feia não. Mas não é a NOSSA represa. Só aqui tinha umas cinco ou seis ilhas no rio. Aqui. Aqui na frente. Tinha uma ilha que era do tamanho de uma fazenda! (Alberto Devós, 88 anos. Entrevista realizada em 16 de Julho de 2015)

3. Os *atingidos* da UHE de Jaguará

Para a construção de UHEs parte-se do princípio de territórios e recursos territorializados à disposição do capital e da geração de energia elétrica, confluindo em direção a apropriação dos recursos naturais, a expropriação dos instrumentos de trabalho e a expulsão dos habitantes do território. Sem dúvida, as marcas principais ao processo de construção de UHEs são: a) a entrada abrupta do cálculo capitalista na sociedade que pressupõe a retirada do instrumento de produção do camponês, a *terra*; e, b) a expulsão dos moradores após a submersão do espaço habitado que induz, necessariamente, ao *deslocamento compulsório*.

Apesar de apresentar de modo desvinculado, é necessário reconhecer que ambos os processos estão intrinsecamente ligados, sendo o deslocamento compulsório consequência direta não só da submersão do espaço habitado mas também da retirada do instrumento de produção do trabalho, da perda de referências identitárias, da transformação nas relações sociais daquele espaço, entre outros. Logo, não é necessário que aconteça a perda da casa, ou melhor, a submersão do espaço de moradia para que se considere *atingida/atingido* por barragem.

⁴ Os nomes dos relatos apresentados são nomes fictícios.

Contudo, nem sempre a percepção de *atingidos* por barragens seguiu padrões amplos de análise e reconhecimento. Ao contrário. Essa condição foi sendo construída ao longo de um processo social amplo que envolve a instalação de outras usinas hidrelétricas (ROCHA, 2012) e varia no tempo e no espaço consoante ao contexto político e cultural da época. Nesse ponto, o debate avança para romper com a definição dominante do Setor Elétrico que enquadra os atingidos em categorias estreitas e limitadas, alcançando alguns grupos mas excluindo tantos outros. Reconhecendo o conceito de *atingido* como instrumento de poder e dispositivo em constante disputa, admite-se que a atuação dos movimentos sociais – especificamente o MAB –, comunidade científica e, principalmente, a comunidade *atingida* pelo megaempreendimento foi essencial para ampliar o reconhecimento legítimo e legal dos direitos de famílias a algum ressarcimento as perdas e para estreitar a distância real e simbólica entre diferentes agentes sociais com forças desiguais de poder econômico e político.

A partir de estratégias bem delimitadas e determinadas, o MAB⁵ conseguiu inflar os pulmões dos “atingidos” com gritos de reivindicações, endurecer os corações e desnaturalizar a autoridade da concessionária. No entanto, devido ao contexto histórico da construção da UHE de Jaguará, inserida na ditadura militar, mais a ausência do MAB, a concessionária responsável pela edificação do grande projeto, legitimada pela formulação da desapropriação por “utilidade pública”, reconheceu como legítimo *atingido* pela barragem apenas os proprietários legais da terra. Dessa forma, os que não tinham a escritura da propriedade foram obrigados a sair daquele local sem reparação alguma. Como explicado: “as pessoas que não eram proprietários saíram, como se diz, com uma mão na frente e outra atrás” (Élcio Barbosa, 66 anos. Entrevista realizada em 17 de Julho de 2015). Isso porque a atuação da CEMIG foi estruturada sob a mesma lógica que outros segmentos maiores, como a ELETROBRÁS, assentada na *desinformação*, na *estratégia territorial-patrimonialista* e na *negociação individual* (VAINER; ARAÚJO, 1990).

Uma vez que os movimentos sociais estavam ausentes no momento da construção da UHE de Jaguará, resta a dúvida e a pergunta: quais foram as estratégias mobilizadas pelas famílias *atingidas*? Como superaram as amarras ditatoriais que limitavam as mobilizações e reivindicações? Como superaram os discursos de “progresso” e “desenvolvimento” econômico e social que a UHE carrega em si? Por fim, como se deu a atuação dos *atingidos* nesse amplo contexto de mudança social?

⁵ O MAB se constituiu e ganhou visibilidade após a formação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), na década de 1980, que a partir da atuação e mobilização dos pequenos produtores rurais contra o chamado “Projeto Uruguai”, conseguiram dar novos rumos às negociações que vinham sendo estabelecidas com a ELETROSUL. (REIS, 1998)

4. Resistência e mobilização ocultas em contexto de repressão

Segundo Melo e Silva (2013), a investigação sobre contextos de *mudança social* pressupõe, dentre tantas reflexões, diferentes reações aos processos de mudança, sua direção e suas conseqüências. Dentre as possíveis reações, as autoras afirmam que a resistência é apenas uma delas. Outras tantas são a ruptura (ou descontinuidade), a continuidade e até mesmo a invenção das tradições (MELO; SILVA, 2013). Apesar de se reconhecer a presença e importância de mobilizações ativas para que se converta o quadro de dominação e violência (simbólica e física) em contextos de construção de UHEs, seja em contextos atuais ou em momentos anteriores, toma-se como centro de análise a *resistência cotidiana* das famílias atingidas.

Essa escolha justifica-se, inicialmente, por se observar no campo um incômodo silêncio e um discurso quase unânime de uma suposta paz e naturalidade no percurso das obras. Contudo, os fragmentos das lembranças e os fios da memória trouxeram à tona cenas, cenários e personagens que, não podendo travar um conflito direto com o governo, utilizaram de pequenas estratégias para melhor defender seus interesses. Dessarte, na ausência de expressões coletivas, organizadas e públicas, as práticas de algumas famílias atingidas foram informais, ocultas e, muitas vezes, individuais, manifestando-se, em seu conjunto, como estratégias diretas para a *reprodução da vida* (material e simbólica), seja a partir da *permanência* no local ou seja a partir do aumento do valor da indenização monetária.

A observação de tais estratégias de permanência e tentativa de aumentar o valor da indenização monetária, assim como o desenrolar dos atos, não está focado na relação dos movimentos de grandes organizações sociais e rupturas estruturais diretas, mas para uma tentativa de reprodução material focada nas *resistência*, nas lutas invisíveis e tensões silenciosas coletivas ou individuais que movem os agentes contra os obstáculos. O termo “resistência cotidiana”, cunhado por Scott, possibilita a compreensão das pequenas lutas e conflitos que se desdobram diariamente, por homens e mulheres, no sentido de amenizar as amarras da dominação e construir novos arranjos estruturais menos repressivos e menos desfavoráveis à reprodução da vida. Nessa perspectiva, Scott coloca em destaque a arena mais durável dos conflitos de classe no contexto de mudança social, a luta cotidiana dos agentes sociais, e rompe com aqueles que relegam a resistência cotidiana ou “pequenas resistência” à dimensão da trivialidade e inconseqüência (SCOTT, 1976, 2002).

A compreensão do caso das famílias de Rifaina em contexto de construção da UHE de Jaguará remete a tentativa de *permanência* no local para a reprodução da vida material e

simbólica. Balizados por uma racionalidade camponesa que tem como base a relação de cumplicidade e respeito com a terra, ligação com o local e proximidade com a vizinhança, os *atingidos e atingidas* pela barragem se depararam com o risco iminente da perda de um território que carregava em si significados diversos. Há, portanto, relação direta entre as estratégias mobilizadas pelos agentes contra a atuação da CEMIG e a apreensão pela possibilidade da perda de um território local de moradia, espaço que possibilita a subsistência familiar e o local onde as memórias e lembranças estão enraizadas, ou seja, espaço de referenciais identitários. O movimento individual/coletivo contra a construção da UHE e o amplo processo de mudança social e reestruturação fundiária ocasionado pela instauração da barragem segue o pressuposto de uma ação contra rupturas morais e éticas que guiavam a vida e rotina das famílias e, mais especificamente, a ação individual (ou coletiva) pelo acesso e permanência à terra.

Nesse sentido, a definição de “economia moral camponesa” (THOMPSON, 1998) se refere à “economia moral” como sendo os valores e atitudes morais que orientavam ações coletivas de agentes sociais que se opuseram às transformações socioeconômicas após a liberalização do mercado. O desrespeito aos pressupostos morais e éticos era motivo para a ação direta – que o autor nomeou de *motins* –, e as reivindicações e queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas do mercado (THOMPSON, 1998). Seguindo as bases teóricas de Thompson, Scott (1976) amplia o universo da cultura e valor moral do que se pode compreender como “economia moral” e atenta para a questão da **subsistência camponesa** que depende, em grande medida, do acesso à terra. No centro de sua análise sobre a “economia moral camponesa”, imperam os costumes relativos ao uso da terra e ao direito de acesso aos produtos cultivados, muito mais do que a venda e a comercialização de alimentos. Logo, o conteúdo da economia moral é ampliado e aplicado aos valores morais camponeses de “justiça social, direitos e obrigações, e reciprocidade” (THOMPSON, 1998, p. 259).

Partindo dessas proposições, Scott (1976) afirma que a ética camponesa que condiciona as ações é produto do aprendizado histórico dos agentes sociais, transmitido de geração a geração, e que caminha para assegurar as raízes normativas da economia moral. O receio das comunidades pré-capitalistas com a escassez de alimento, o risco para a subsistência e a ameaça à equidade condiciona diversas reações do grupo social ao processo de mudança, que poderiam ser de confronto direto ou de “forma passiva”, o qual o autor convencionou chamar de “formas *cotidianas* de resistência”. Isto é,

A luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros. A maioria das formas que essa luta toma cessa ao ser coletivamente desafiada (SCOTT, 2002, p. 11).

São, segundo o autor, “formas bretchianas de luta de classe” (SCOTT, 2002, p. 12) que não assume a forma de ação direta coletiva como ato revolucionário mas segue uma série de pequenas ações simbólicas, políticas e ideológicas, voltadas inteiramente para a esfera local, a fim de “satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, terra, ou renda, e fazê-lo em relativa segurança” (SCOTT, 2011, p. 225). Exatamente por não carregar um caráter de confronto direto e desafio aberto as forças dominantes, as atuações cotidianas de resistência são sorrateiras, silenciosas e ocultas como o fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, a fofoca e outras armas comuns de um grupo que não tem poder para estabelecer confrontos diretos seja pela natureza das mudanças estruturais enfrentadas pelos pobres, ou seja pelo receio da repressão.

Então, na impossibilidade de transformar direta e coletivamente a situação presente, os agentes sociais veem na *resistência cotidiana* a única opção para melhorar seu status e superar difíceis condições estruturais e, no *anonimato* e na prudência calculada a segurança de seus atos (SCOTT, 2011).

No caso analisado, a tentativa de reprodução material e simbólica com base na relação direta do grupo com o meio caracterizou-se como princípio gerador de resistências cotidianas e silenciosas contra as condições da implantação da UHE, que rompe com o princípio moral camponês de acesso à terra (SCOTT, 1976, 2002).

A *permanência* no território até a data limite da formação do reservatório é a primeira arma de resistência *cotidiana* comum a algumas famílias. Essa forma “bretchiana de resistência” (SCOTT, 2002) representou uma tentativa cautelosa das famílias em dar continuidade aos elementos subjetivos da racionalidade camponesa, como a valorização da proximidade aos recursos naturais e o afeto à terra, mas também um ato desesperado pela perda evidente de um espaço inscrito na memória individual e coletiva. Houve o esforço de algumas famílias em não ceder às pressões iniciais da CEMIG para abandonar a área de inundação, postura política que levou a concessionária a anunciar a última data possível para permanecerem no local. A postura extrema da concessionária de impor uma data limite para que as famílias deixassem suas casas e encontrassem novo local para se fixar, e a certeza do risco iminente da inundação, foram os únicos motivos plausíveis para afastarem de um espaço que, além de proporcionar os recursos para a sobrevivência familiar, carregava dimensões

subjetivas, como a carga simbólica que fortalece o sentimento de pertencimento do indivíduo ao território (BRANDENBURG, 2010; CANDIDO, 1987). A fala de Sra. Veridiana, a seguir, clarifica o trato da CEMIG e a resistência local, silenciosa e sem pretensões de mudanças estruturais, mas que, apesar disso, afetou, mesmo que lateralmente, a instituição dominante.

Eu comprei a casa aqui. Mas eu continuei lá até dia dez de setembro. Fiquei até o último dia que me deram o prazo, eu falei: “Enquanto tiver prazo eu vou ficar aqui! Eu não vou sair daqui!” [...] Eu gostava de lá, e pensava: “Vou ficar aqui! Até o último dia!”. Aí deu o prazo e nós saímos quando estava para inundar [...] Mudamos dia dez de setembro. Aí, um dia, nós fomos levar almoço na Maria. Nós passamos em um atalho [na ida] e na volta nós já não podemos passar. Porque já estava cheio, estava represando a água. A gente teve de vir pela ponte. Aí foi enchendo *devagarzinho*. Muita gente não queria sair, mas era uma coisa que você tinha de sair (Veridiana Andrade, 67 anos. Entrevista realizada em 24 de Setembro de 2015).

Foi, portanto, por meio da resistência, através da permanência, e não através da revolta ou pressão legal, que os atingidos fizeram-se presentes (SCOTT, 2002).

Outra forma indireta e sutil de resistência, realizada pela ausência de movimentos sociais e presença da ditadura militar, foi a *inventividade dos atingidos*. Através dela, os proprietários legais buscaram superar a desvantagem material e as perdas monetárias quando da construção da UHE, e contornar as diretrizes de pagamento de indenização já previamente estabelecidas. De acordo com os relatos empíricos, a CEMIG excluía dos critérios de indenização o tamanho do terreno e a capacidade produtiva da terra, nivelando todos os proprietários com base em um fundamento: ter ou não imóvel; e ainda apagava as riquezas e farturas de uma região de terras férteis que poderiam ser parâmetros para minimizar as perdas monetárias de proprietários.

Os obstáculos ao conflito aberto, o silenciamento forçado no processo de “negociação”, e a impossibilidade de minimizar as perdas monetárias, criaram nos atingidos um *espírito de criatividade* para burlar os rígidos critérios da CEMIG. Então, pelas casas e fazendas circularam e disseminaram *boatos* ensinando aos moradores como ultrapassar as barreiras da dominação da concessionária, superar o que, até então, era insuperável, e criou-se nas famílias um sentimento de esperança na possibilidade de reduzir as perdas monetárias quando da indenização. Os boatos faziam recomendações simples às famílias: realizar mínimas e rápidas melhorias e reparações na residência e plantar árvores frutíferas no terreno.

Em uma corrente invisível de fofocas e boatos, as famílias faziam outras famílias saberem da nova estratégia, porém, sem delegar a responsabilidade do início dos boatos a qualquer pessoa. Sob a segurança do anonimato, já que ninguém assumia a responsabilidade

pública pelo início dessa onda de novas informações que pairavam na cidade, os boatos corriam pelos ouvidos dos moradores da zona rural e do meio urbano. Sabiam (e acreditavam) que melhorar a residência e plantar árvores na terra renderia maior indenização, porém não conseguiam apontar quem e onde se iniciaram tais boatos.

Reconhecer os *boatos e fofocas* como uma forma de “resistência simbólica ou ideológica”, como denominou Scott (2002), consiste em admitir esse tipo de resistência com potencial para alcançar a transformação da natureza das relações de classe, ou mesmo, “fazer sentir-se presente”. Enquanto forma de rebelião silenciosa, os boatos que circularam pela região surtiram efeito em algumas famílias, que aderiram às orientações que foram transmitidas.

Então, assim que o boato da construção de uma UHE na região cessou quando chegaram as máquinas, famílias se mobilizaram individualmente com o esforço de orientar suas atividades para fazer pressão simbólica sobre a CEMIG e suas regras até então inabaláveis, aderindo aos novos boatos na região.

Mas agora eu vou te contar a história: quem me falou de plantar as bananas e as mangueiras foi um *fulano de tal que era neto de um tal* que disse: você planta frutas! Planta frutas, não falou bananeiras não, falou planta frutas que eles pagam a mais um pouco. E aí eu plantei mil pés de bananeiras e eles pagaram melhor um pouco [...] Eu plantei arroz também. Se bem que arroz eu plantava todo o ano né? Aí ficou banana e arroz. No meio do arroz eu plantei as bananas (Alberto Devós, 88 anos. Entrevista realizada em 16 de Julho de 2015).

O interessante relato de Sr. Alberto traz elementos importantes de resistências cotidianas mobilizadas pelas famílias atingidas, como a relevância dos boatos e os princípios de anonimato e inventividade. A partir da inventividade, os atingidos asseguram um rendimento monetário superior, uma luta para satisfazer as necessidades pessoais no âmbito econômico a partir da criatividade. O anonimato expõe a forma protegida e segura da resistência contemplada pelo desinteresse em revelar o “*fulano de tal que era neto de um tal*”. Assim, “a natureza dos fatos e a mudez auto-interessada dos antagonistas contribuem para criar um tipo de silêncio cúmplice, que exclui totalmente as formas cotidianas de resistência dos registros históricos” (SCOTT, 2002, p. 14).

Importante ressaltar que tais formas de resistência não alcançaram, ou melhor, não almejaram a ruptura total e a transformação radical das relações de dominação. Diante dessa contradição, Scott (2002) esclarece o objetivo real da resistência cotidiana camponesa. A intenção é, sobretudo, “possibilitar a sobrevivência dentro do sistema de dominação” (SCOTT,

2002, p. 30) a partir do respeito à ética da subsistência e da economia moral que impera nos costumes e valores morais do camponês.

5. Construção da UHE e as transformações identitárias

As estratégias silenciosas, anônimas e cotidianas das famílias foram de encontro às estratégias da concessionária CEMIG. Então, se a CEMIG não dava as informações corretas e não esclarecia dúvidas, deixando nos moradores um sentimento de insegurança pela *desinformação* naquele contexto histórico, os boatos indicaram a trilha para um caminho possível de atuação. Se, nos momentos da “negociação” o valor pago aos moradores era uma incógnita, já que a CEMIG optou pela *negociação individual*, e se estavam insatisfeitos pela proposta de valor dado pela concessionária pela compra das terras, as fofocas, o anonimato e o sentimento de indignação pela ruptura da ética da subsistência em que impera os costumes e os valores morais do camponês deram oportunidade de os futuros *atingidos* superarem as dificuldades estruturais impostas pelas relações de força desiguais.

Infelizmente, não houve relatos de famílias posseiras, meeiras, parceiras ou arrendatárias, ou seja, aquelas que não tinham a escritura legal da terra, que tenham conseguido superar a estratégia *territorial-patrimonialista*. Muitos, sabendo da ausência do direito à indenização monetária, trilharam novos caminhos em busca de locais que pudessem vender a única mercadoria possível, sua mão de obra. Reconhece-se que os novos caminhos trilhados não fixaram apenas na escolha de novo local de moradia ou local de trabalho, mas supõe a reestruturação dos mecanismos de trabalho em uma tentativa gradual de afastar da dependência com a terra. Isso porque a formação do lago artificial inundou terras férteis, espaços produtivos onde as famílias plantavam e semeavam a lavoura para a subsistência, fofando a terra para debulhar o trigo e, ainda, secando e cortando as terras para formar cerâmicas de qualidade única. Além disso, os peixes que percorriam o curso do Rio Grande, e era o sustento de famílias pescadoras, diminuíram em quantidade significativa.

Dito isso, os moradores iniciaram um intenso processo de migração à procura de novos espaços para o trabalho, ocasionando o afastamento e a transformação repentina da interação entre o indivíduo e o meio ambiente no sentido trabalhado por Marx (2004), ou seja, como um *mundo externo sensível* que é base para a formação do ser social a partir da interação e troca de experiência realizada por meio do *trabalho*. O trabalho é uma atividade exclusivamente humana que tira os indivíduos de sua condição primitiva e possibilita transformar, em realidade, objetivos que eram idealmente imagináveis, imprimindo conscientemente uma atividade com um fim preestabelecido, em uma contínua relação dialética entre os agentes e a natureza

inorgânica. Logo, se a relação entre o agente e a natureza, a partir do *trabalho*, estava baseada em uma finalidade moral e não em uma atividade futuramente revertida em lucros financeiros já que fazia parte dos deveres tradicionais do camponês o respeito, a dedicação e a dependência com os recursos naturais (BOURDIEU, 1979), os processos subsequentes à construção da barragem romperam com os imperativos éticos que permeavam a cultura camponesa. Na medida em que a racionalidade econômica avança, importando e impondo categorias estranhas à experiência do camponês, ocorre o *desencantamento do mundo*, isto é, o desaparecimento dos encantos e dos prestígios que tendiam para uma atitude de submissão e de homenagem para com a natureza (BOURDIEU, 1979). O trabalho, que se manifestava pela entrega do camponês e era indissociável do sentimento de dependência, magia e reciprocidade, torna-se trabalho como uma ação orientada em direção a outra ordem possível.

É possível perceber, portanto, que a inserção da racionalidade produtivista do modo capitalista de produção a partir da construção de um grande projeto hídrico transformou diretamente a relação do agente com a *terra*, ou melhor, a relação do agente com o território seguindo as reflexões de Carneiro (2012), como um espaço de múltiplas referências, interações, sociabilidades, estratégias e relações diversificadas. Em grande medida, a sociabilidade *caipira*, que conduzia a rotina de vida e relações dos atingidos, foi gradualmente reduzida. Então, se antes a solidariedade e cooperação vicinal eram características importantes da comunidade, hoje impera o estranhamento ao próximo, o “não reconhecimento” e o distanciamento. Se antes muitos viviam na terra própria, ou mesmo, a partir de uma relação de parceria mas produzindo o alimento para consumo próprio, hoje muitos pagam aluguel⁶. Por fim, a *terra* não é mais espaço de produção para a subsistência mas a reorganização do trabalho familiar após a construção da UHE de Jaguara denotou novas relações com o trabalho como uma atividade em si e para fins econômicos (WEBER, 1991).

6. Considerações finais

Apesar de diversos estudos apontarem preocupação pelo ritmo acelerado de construção de usinas hidrelétricas no país, seja pelas transformações ambientais quando da formação do lago artificial, ou seja pelos grandes impactos socioeconômicos acarretados pelo deslocamento compulsório de diversas famílias, o ritmo de construção de tais empreendimentos continua em crescimento vertiginoso. Isso se justifica tanto pelas noções de desenvolvimento

⁶ A inabilidade e inaptidão em manusear grande quantidade de dinheiro acarretou, em alguns casos, a perda total do dinheiro da indenização pela compra de bens de consumo.

econômico e progresso que a UHE carrega em si, quanto pelas relações de poder e benefícios econômicos que estão postas em jogo nesse espaço social.

Contudo, apesar da crescente quantidade de barragens no país e a intensa produção científica para analisar as relações conflituosas dos projetos atuais, reconhece-se a importância de estudar uma UHE construída no auge da ditadura militar, tanto para compreender as reestruturações sociais, econômicas e ambientais após transcorrido grande intervalo temporal, quanto para observar comparativamente a atuação do Estado em tempos sabidamente repressivos, e hoje, com a presença do governo democrático.

No caso específico dos *atingidos* pela UHE de Jaguará, as resistências e estratégias cotidianas mobilizadas por eles conseguiram atingir, mesmo que lateralmente, a atuação da CEMIG. A partir dos boatos e fofocas que alcançaram ouvidos aflitos de pessoas perdidas e desinformadas, conseguiram aumentar o valor da indenização plantando árvores frutíferas no terreno e fazendo melhorias nas casas. A permanência no local até a data limite também foi considerada uma forma de estratégia mobilizada pelas famílias, já que prolongaram o contato com a *terra*, local de moradia, espaço de produção e de referenciais identitários. Foram, portanto, movimentos silenciosos e anônimos que vieram à tona pela da troca de experiência a partir da fala, da troca de experiências, uma vez que não estão registrados em documento oficiais.

A compreensão de tais estratégias torna-se realmente ampla quando se toma como pressuposto a aproximação das famílias com a terra. A terra, elemento essencial para que se mantivesse a sociabilidade *caipira* a partir da proximidade e respeito com o espaço, possibilitaria imperar os costumes, as sociabilidades e os valores morais do camponês. Então, a possibilidade da perda da terra e os riscos iminentes a ela agitaram os *atingidos*, mesmo que individualmente, para mobilizarem estratégias para que se amenizassem as perdas.

Com isso, está posto quão importante é a atuação dos movimentos sociais que lutam pelos direitos sociais e humanos dos *atingidos* e *atingidas* por barragem. O papel de orientar, apoiar, esclarecer, veicular e apresentar, tanto para a sociedade quanto para os próprios *atingidos* os excessos e abusos de poder que estão embrenhados nos pólos conflitantes, deve ser reconhecido, valorizado e divulgado. O MAB tem o poder, a partir de estratégias bem definidas, de superar o silêncio ideológico e o discurso de que não há prejuízos socioeconômicos e ambientais no local da construção da barragem. Tem ainda o poder de endurecer os corações dos atingidos e inflar os pulmões com gritos por melhores tratamentos e dignidade. Enquanto, nas décadas de 1960 – 1970, com a UHE de Jaguará, a busca por tais direitos foram feitos de modo individual e silencioso, hoje o trabalho coletivo pela ampla

divulgação e esclarecimentos prevalece, amenizando, ainda que as duras penas, as perdas e as dores iminentes na construção da barragem.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: Estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva, 1979. 135p

BRANDEMBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. **Ruris**. v. 4, n. 1, p. 167 – 194, mar. 2010

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7ª Ed. Livraria Duas Cidades LTDA. 1987, 334p.

CARDOSO, Jéssica Pires. **Trajatórias de vida e de classe**: um estudo sobre rearranjos territoriais e identitários na implantação da usina hidrelétrica de Jaguará. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFSCar, São Carlos. 2016, 196p.

CARNEIRO, Maria José. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: _____. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p. 23-50

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.11, p. 53-75, out/1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 131-161.

KARL, Marx. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2004. 169p.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro1. São Paulo: Nova Cultural, 1996

MARTINS, Rodrigo Constante. **Análise dos impactos sócio-ambientais do processo de modernização agrícola das áreas de influência dos reservatórios de Barra Bonita e Jurumirim**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos. 2000, 201p.

_____. (Novas) Ruralidades e teoria social: um olhar weberiano sobre a noção de território. In: _____. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente**: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar. 2014, p. 77-96.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, jan./jun. 2002.

MELO, Beatriz de Medeiros; SILVA, Maria Aparecida Moraes. Expansão Canavieira e Resistência Sitiante. **Raízes**, Campina Grande, v. 33, n. 2, jul./dez. 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

REIS, Maria José. **Espaços vividos, migração compulsória, identidade**: os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá. 1998. 253p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP).

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na hidreletricidade**: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. 2012. 351f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SCOTT, James. **The Moral Economy of the Peasant**. Rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven and London. Yale University Press, 1976.

_____. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. Exploração Normal, Resistência Normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 217 – 243, jan./jul. 2011.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Experiência e memória na bagagem dos caminhos da terra. **Teoria & Pesquisa**. n. 49, p. 35-64, jul/dez, 2006.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; BUENO, Juliana Dourado; MELO, Beatriz Medeiros de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 85-115, jan./jul. 2014.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MARTINS, Rodrigo Constante. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 196-240, mai./ago. 2010.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In. _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

_____. A economia moral revisitada. In. _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do Setor Elétrico. Estratégias das populações atingidas. **Revista Travessia**, ano 2, n 6, p. 18-24, jan./abr. 1990.

_____. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 85p.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011. 151p.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991